

FH não abre mão de impostos para equilibrar Orçamento de 94

1-12-93

SÃO PAULO — O Governo não vai abrir mão de imposto algum para tentar equilibrar o Orçamento de 1994. Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, as receitas da Cofins — contribuição social que foi declarada constitucional pelo STF esta semana — do IPMF, que volta a ser cobrado a partir de janeiro, e ainda do adicional de 5% sobre as alíquotas de todos os tributos federais já estão computadas no orçamento elaborado pela equipe econômica. Com a cobrança da Cofins, empresários e economistas argumentam que o Governo poderia abrir mão do IPMF e das novas alíquotas, mas a equipe econômica garante que não.

— Não temos como ceder nessa arrecadação, porque ela faz parte do ajuste fiscal, que precisa ser aprovado pelo Congresso e sem o qual o país entrará em crise, abrindo caminho para a hiperinflação — defendeu o ministro, antes de participar do II Congresso Nacional do PSDB.

A única exceção em estudo diz

respeito à devolução de parte da arrecadação do Finsocial, já extinto, referente ao período em que as alíquotas foram elevadas de 0,5% para 2%, medida considerada inconstitucional pelo STF. O que sobrar da receita será usado pelo Governo para cobrir o déficit deste ano. Com relação à ameaça dos empresários de repassar para os preços a carga de 5% sobre os tributos federais, ele foi taxativo:

— Eles não conseguirão, até porque não haverá inflação para permitir essa manobra.

No seu discurso aos tucanos, que durou 20 minutos, Fernando Henrique enfatizou que precisará do apoio do Congresso Nacional, particularmente da bancada do seu partido, para a aprovação do plano, que considera “duro, porém necessário”. Dizendo que só falará do plano na próxima terça-feira, ele reiterou que o eixo será um ajuste fiscal profundo, ancorado num indexador que não será lastreado no dólar.

O ministro disse que a estratégia do programa de estabilização prevê uma moeda estável, forte

e sem inflação já a partir de março, confirmando declarações feitas na véspera pelo seu assessor Edmar Bacha. Fernando Henrique fez uma ressalva: essa moeda forte depende fundamentalmente do ajuste fiscal.

— Eu preciso do Congresso para votar o ajuste, mesmo que a classe política aprove outras medidas que não as que vamos propor. O que não dá é o país ficar paralisado, só porque alguns políticos roubaram dinheiro público — insistiu.

Fernando Henrique adiantou que o ajuste consistirá de austeridade fiscal, reforma do Orçamento e contenção de gastos. Sem essas medidas, garante, “os banqueiros vão mandar no país, porque o setor financeiro é um dos que mais ganham com a inflação”. O ministro incluiu ainda empresários de outros setores como beneficiários da inflação — “pois estão tendo lucros que há muito tempo não registravam” — e até a classe média — “que, se não ganha com ela, consegue se defender dela”.



Ministro: plano duro, mas necessário